



**REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO (RET) Nº 031/2015**

**REGIME ESPECIAL/PTA Nº:** 45.000004027-61 (Antigo PTA 16.000151383-95)

**CONTRIBUINTE:** ARQUIMEDES AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA

**INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº:** 062.218311.0049

**CNPJ Nº:** 05.374.975/0001-01

**ENDEREÇO:** RUA ALCobaça, n.º 1.475, BAIRRO SÃO FRANCISCO  
BELO HORIZONTE – MG.

**ASSUNTO (CODIFICAÇÃO):** 2102,2107, 2110, 3210

REGIME ESPECIAL. Protocolo de Intenções. Diferimento;  
Crédito presumido.

O SUPERINTENDENTE DE TRIBUTAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 56 do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos (RPTA), aprovado pelo Decreto n.º 44.747, de 03 de março de 2008, com fundamento no disposto nos arts. 32F e 225 da Lei n.º 6.763, de 26 de dezembro de 1975; nos artigos 8º, 69-B e 75, inciso X, nos itens 41, alínea “a” e 48, da Parte I do Anexo II, todos do Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto n.º 43.080, de 13 de dezembro de 2002, no Protocolo de Intenções n.º 073/2006, de 08/06/2006, firmado entre a ARQUIMEDES AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA. e o Estado de Minas Gerais, e de acordo com o parecer da Assessoria da Diretoria de Gestão Tributária, e

considerando o tratamento fiscal diferenciado dispensado pelo Estado do Rio de Janeiro, conforme Decreto n.º 42.649, de 5 de outubro de 2010, sem autorização do Conselho de Política Fazendária (CONFAZ);

considerando que as vantagens proporcionadas às empresas industriais e comerciais estabelecidas naquele Estado são operacionalizadas mediante a concessão, dentre outros benefícios, de diferimento do pagamento do ICMS incidente na entrada de mercadorias importadas para comercialização e regime especial de recolhimento do ICMS nas saídas dessas mercadorias, mediante a utilização de crédito presumido;

considerando que as vantagens proporcionadas aos contribuintes estabelecidos naquele Estado implicam situação de desigualdade tributária que afeta a competitividade das indústrias mineiras;

considerando que a possibilidade de adoção de medidas de proteção da economia mineira nos termos do art. 225 da Lei n.º 6.763/75;

considerando as decisões da CPT (Comissão de Política Tributária) em reuniões realizadas nos dias 20/12/2012 e 7/2/2013;



**RETIFICA** o seguinte REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO – RET nº 031/2015 e-PTA nº 45.000004027-61:

## CAPÍTULO I DO DIFERIMENTO

### SEÇÃO I IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS

Art. 1º Fica autorizado o diferimento do pagamento do ICMS incidente sobre a entrada das mercadorias relacionadas nos Anexos I e II deste Regime, em decorrência de importação direta do exterior, para as operações subsequentes praticadas pelo Contribuinte identificado em epígrafe, doravante denominado ARQUIMEDES, observado o seguinte:

I - as mercadorias relacionadas no Anexo I deverão ser importadas na qualidade de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem, com o fim específico de utilização no processo de industrialização dos produtos relacionados na Cláusula primeira do Protocolo de Intenções e no Anexo III, observado o disposto no inciso I do artigo 6º;

II - o valor da importação das mercadorias relacionadas no Anexo II, destinadas à comercialização, não deverá ultrapassar ao percentual de 20% (vinte por cento) em relação ao faturamento do estabelecimento da ARQUIMEDES, observado o disposto no art. 6º deste Regime.

III - o desembaraço aduaneiro das mercadorias deverá ocorrer no território deste Estado.

§ 1º O diferimento de que trata este artigo aplica-se, exclusivamente, às mercadorias que não possuírem similares produzidas neste Estado.

§ 2º Por ocasião da solicitação de alteração do Regime para inclusão de novas mercadorias, o Contribuinte deverá apresentar declaração assinada por seu representante legal afirmando a inexistência de estabelecimento fabricante de produto similar no Estado, observado o disposto no inciso XXXVI do art. 216 do RICMS.

Art. 2º Na hipótese do inciso II do artigo anterior, tratando-se de mercadoria sujeita ao Regime de Substituição Tributária, o imposto será recolhido até o dia 9 (nove) do mês subsequente ao de saída da mercadoria, nos termos do art. 46, I, c/c o seu § 1º da Parte 1 do Anexo XV do RICMS.

Parágrafo único. O valor do imposto a recolher, a título de substituição tributária, será apurado com base no art. 19, I, da Parte 1 do Anexo XV do RICMS, observado o disposto no art. 20 do referido Anexo.

Art. 3º A ARQUIMEDES, quando da importação das mercadorias, deverá dirigir-se previamente à Delegacia Fiscal (DF) ou Posto de Fiscalização (PF), para aposição de visto fiscal no documento “Guia para Liberação de Mercadoria Estrangeira sem Comprovação de Recolhimento do ICMS”.

§ 1º O servidor fiscal deverá fazer constar no documento previsto no *caput*, no campo “Observações do Fisco”, a expressão: “Válido somente para desembaraço no Estado de Minas Gerais”.

§ 2º A 3ª via do documento visado será encaminhada à DF a qual estiver circunscrito o contribuinte importador, quando for o caso.



## SEÇÃO II AQUISIÇÕES INTERNAS DE MERCADORIAS

Art. 4º Fica autorizado o diferimento do pagamento do ICMS incidente nas saídas promovidas por estabelecimentos industriais fabricantes em Minas Gerais ou por centros de distribuição a estes vinculados, localizados neste Estado, com destino ao estabelecimento da ARQUIMEDES, para operações subsequentes por este praticadas, desde que as mercadorias adquiridas sejam utilizadas, exclusivamente, como matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem na fabricação dos produtos relacionados no Anexo III deste Regime Especial e na Cláusula primeira do Protocolo de Intenções 073/2006.

Parágrafo único. O diferimento previsto no *caput* não se aplica:

- I - à entrada de energia elétrica e à prestação de serviço de comunicação;
- II - aos produtos cujo imposto já tenha sido pago ou retido por substituição tributária.

Art. 5º A eficácia do disposto nesta Seção está condicionada à adesão pelo estabelecimento fornecedor, conforme modelo sugerido em anexo, homologada pelo titular da Delegacia Fiscal (DF) responsável pelo acompanhamento fiscal da ARQUIMEDES.

§1º O Termo de Adesão será parte integrante deste Regime Especial e necessariamente juntado ao e-PTA-RE.

§ 2º O Termo de Adesão deverá conter cláusula expressa de conhecimento e concordância com a sistemática operacional prevista neste Regime Especial.

§ 3º A homologação do termo de adesão deverá ser informada à DF responsável pelo acompanhamento fiscal do estabelecimento fornecedor.

## CAPÍTULO II DO CRÉDITO PRESUMIDO

Art. 6º Fica assegurado a ARQUIMEDES crédito presumido:

I - de valor equivalente ao imposto devido na operação de saída das mercadorias relacionadas no Anexo III e na Cláusula primeira do Protocolo de Intenções, observado o disposto no seu parágrafo único, constantes da Parte 5 do Anexo XII do RICMS, destinadas a estabelecimento de contribuinte do imposto, a pessoas jurídicas prestadoras de serviços, inclusive clínicas e hospitais, a profissional médico ou a órgão da Administração Pública, suas fundações e autarquias;

II - nas saídas destinadas a estabelecimento de contribuinte do imposto, das mercadorias relacionadas no ANEXO II deste Regime, importadas com o diferimento de que trata o item 48 da Parte I do Anexo II do RICMS:

a) de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) sobre o valor da operação, nas operações interestaduais, sujeitas à alíquota de 4% (quatro por cento);

b) nas operações internas:

b.1) de 5% (cinco por cento) sobre o valor da operação, para as mercadorias tributadas pela alíquota de 25% (vinte e cinco por cento); e

b.2) de 4% (quatro por cento) sobre o valor da operação, para as demais mercadorias tributadas com alíquotas inferiores a 25% (vinte e cinco por cento).

Parágrafo único. Nas saídas destinadas a clínica, hospital ou profissional médico, o benefício previsto no inciso I do *caput* alcança somente os produtos relacionados nos itens 80 a 86 da Parte 5 do Anexo XII do RICMS.



Art. 7º Fica vedado:

I - o aproveitamento de quaisquer outros créditos relacionados com as operações beneficiadas com o crédito presumido de que trata este artigo, inclusive aqueles já escriturados nos livros fiscais pela ARQUIMEDES;

II - o recebimento de créditos de ICMS em transferência, na forma e nas condições estabelecidas no Anexo VIII do RICMS, bem como a compensação prevista no § 2º do art. 65 do RICMS, para abatimento do imposto apurado na forma do art. 6º.

§ 1º A vedação ao aproveitamento de crédito do imposto prevista no inciso I do caput não se aplica às devoluções de mercadorias, hipótese em que fica assegurado à ARQUIMEDES o crédito de valor igual ao efetivamente pago nas operações de saídas.

§ 2º Se o estabelecimento da ARQUIMEDES industrializar mercadorias diversas, deverá manter escrituração distinta relativamente às mercadorias amparadas pelo benefício de que trata o caput.

§ 3º A ARQUIMEDES, na impossibilidade de aplicar o disposto no parágrafo anterior, deverá estornar o crédito relacionado com as operações beneficiadas com o crédito presumido com base na proporcionalidade que estas operações representarem em relação à totalidade das operações ocorridas no período.

### CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º Na documentação fiscal relacionada com a operação com o imposto diferido:

I - deverá ser consignado o número deste Regime Especial e a expressão "Operação com pagamento do imposto diferido";

II - não será destacado o valor do imposto diferido.

Art. 9º O imposto diferido não será debitado em separado, vedado o seu aproveitamento como crédito.

Parágrafo único. O recolhimento do imposto diferido será feito juntamente com o imposto incidente sobre a operação de saída, dispensado o uso de documento de arrecadação distinto.

Art. 10. O imposto diferido será exigido integralmente se constatado, a qualquer tempo, que as mercadorias adquiridas com este tratamento não forem utilizadas na forma prevista no art. 1º.

Art. 11. A ARQUIMEDES deverá recolher o imposto diferido em documento de arrecadação distinto, sem direito ao aproveitamento do valor como crédito do imposto, nas hipóteses de:

I - a mercadoria, adquirida para emprego em processo de industrialização, vier a ser objeto de operação posterior isenta ou não tributada pelo imposto, no mesmo estado ou após industrialização, ressalvado o disposto no § 2º;

II - perecimento, deterioração, inutilização, extravio, furto, roubo ou perda, por qualquer motivo, da mercadoria adquirida;

III - a mercadoria vier a ser utilizada como material de uso e consumo ou empregada em atividade considerada como alheia à do estabelecimento.

§ 1º Considera-se devido o imposto no mês em que tenha ocorrido qualquer dos fatos previstos neste artigo, hipótese em que será observado, para fixação da base de cálculo,



o disposto no artigo 43 do RICMS.

§ 2º Na hipótese do inciso I, é dispensado o recolhimento quando for assegurado o direito à manutenção do crédito do imposto pela entrada da mercadoria, observado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 3º Não havendo o recolhimento do imposto diferido, em razão do disposto no parágrafo anterior, é vedado o lançamento do valor como crédito do imposto.

Art. 12. Encerra-se o diferimento, quando ocorrer qualquer uma das situações previstas no art. 12 do RICMS, observando-se o disposto no art. 11 deste Regime Especial.

Art. 13. A ARQUIMEDES deverá elaborar demonstrativo mensal, relativo às importações e às demais entradas de que tratam este Regime, nele fazendo constar:

- I - nome, endereço e inscrição do remetente;
- II - data, número e valor da nota fiscal relativa à entrada de mercadoria;
- III - número da Declaração de Importação (DI) relativa à nota fiscal emitida pela entrada;
- IV - número e data deste Regime Especial;
- V - discriminação das mercadorias que deram entrada no estabelecimento e das respectivas despesas aduaneiras.

VI - data e número do carimbo apostado na Guia para Liberação de Mercadoria Estrangeira sem Comprovação de Recolhimento do ICMS.

Parágrafo único. O demonstrativo de que trata o *caput* deverá ser efetuado por processamento eletrônico de dados, em formato *Excel*, devendo ser entregue ao fisco no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contado da respectiva solicitação.

Art. 14. A ARQUIMEDES deverá enviar, mensalmente, à Secretaria de Estado de Fazenda, o arquivo digital contendo a escrituração fiscal digital –EFD, nos termos do art. 54 da Parte I do Anexo VII do RCMS, contendo a totalidade de suas operações e prestações.

Art. 15. A ARQUIMEDES deverá enviar, ao Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI), localizado na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/n 2º andar - Serra Verde - Cidade Administrativa - Edif. Minas - Cep 31.630-900 - Belo Horizonte/MG, relatórios anuais de cumprimento dos compromissos assumidos nas Cláusulas Primeira e Segunda do Protocolo de Intenções, para o acompanhamento e verificação, pelos órgãos e instituições, da implantação do referido projeto, bem como enviar à Secretaria de Fazenda de Minas Gerais, quando solicitado, os referidos relatórios e outros documentos relativos à realização do projeto.

Parágrafo único. O não encaminhamento do Relatório de que trata o *caput* poderá implicar o cancelamento do Protocolo de Intenções e, conseqüentemente, a cassação deste Regime Especial.

Art. 16. A ARQUIMEDES deverá manter a via deste Regime Especial à disposição da fiscalização, para exibição imediata sempre que solicitada.

Art. 17. O presente Regime Especial poderá ser alterado, cassado ou revogado, a qualquer tempo, na ocorrência de:

- I - superveniência de norma legal com ele conflitante;
- II - situação em que o Regime vier a tornar-se prejudicial aos interesses da Fazenda Pública;



III - inobservância de quaisquer de seus termos e condições;

IV - ação fiscal proveniente de:

- a) falta de emissão de documento fiscal ou a utilização de documento fiscal falso ou inidôneo;
- b) transporte de mercadoria desacompanhado de documento fiscal;
- c) alteração de valores e/ou de informações constantes em documento fiscal, com o objetivo de reduzir a incidência do imposto;
- d) falta de recolhimento do ICMS;

V - descumprimento dos compromissos assumidos no Protocolo de Intenções, ficando a ARQUIMEDES sujeita ao recolhimento do imposto devido, com os acréscimos legais e às penalidades previstas na legislação tributária.

§ 1º O Regime Especial poderá ser, ainda, objeto de cassação, quando a ARQUIMEDES dificultar, por qualquer meio, a ação fiscal, quando encerrar as atividades de sua unidade industrial antes do prazo definido na Cláusula terceira do Protocolo de Intenções, por sua exclusiva vontade, ou, mediante informação fornecida pelo INDI, deixar de gerar os investimentos, a produção ou os empregos diretos previstos no referido Protocolo, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior.

§ 2º Nas duas últimas hipóteses previstas no parágrafo anterior, a ARQUIMEDES ficará sujeita à apuração normal do ICMS incidente nas saídas dos produtos objeto de crédito presumido e ao pagamento imediato do imposto, proporcionalmente, considerando o prazo definido na Cláusula terceira do Protocolo de Intenções e o período de atividade no Estado, acrescido dos juros moratórios estabelecidos na legislação.

Art. 18. O presente Regime não exime a ARQUIMEDES do cumprimento das demais obrigações fiscais previstas na legislação tributária.

Art. 19. A ARQUIMEDES fica obrigada ao cumprimento das obrigações previstas neste Regime Especial durante o período de sua vigência, podendo a ele renunciar mediante requerimento à autoridade fiscal concedente, protocolizado na repartição fazendária a que estiver circunscrito.

Art. 20. Deverá ser registrado no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências (RUDFTO) o número, o assunto, a data de concessão e o prazo de validade deste Regime Especial, inclusive suas prorrogações.

Art. 21. Este Regime Especial, ora retificado, entra em vigor na data da ciência à ARQUIMEDES de seu deferimento e, observado o disposto no §2º deste artigo, produzirá efeitos por prazo indeterminado.

§1º A vigência do presente Regime Especial poderá ser revista a qualquer tempo, quando ocorrerem situações que a justifiquem, visando à preservação dos interesses da Fazenda Pública.

§2º Este Regime Especial produzirá efeitos:

- I – a partir de 1º de janeiro de 2013, em relação ao disposto no inciso II do art. 6º;
- II – a partir de 10 de janeiro de 2013, em relação ao disposto no inciso I do art. 6º.

Art. 22. Este regime especial ficará revogado automaticamente, ainda que parcialmente:



I - em relação às operações de que trata o inciso II do artigo 6º, com a extinção do tratamento dispensado pelo Estado do Rio de Janeiro, concedido pelo Decreto nº 42.649, de 05 de outubro de 2010;

II - com a rejeição pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, hipótese em que não poderá ser concedido novo Regime, ainda que remanescente a situação que o tenha motivado;

III - a qualquer tempo, mediante ato do Superintendente de Tributação.

**ANEXO I**  
**MERCADORIAS DESTINADAS A INDUSTRIALIZAÇÃO**  
(a que se refere o art. 1º, inciso I)

Descrição das mercadorias	Nbm/sh
<b>Matéria-prima</b>	
Unidade de processamento	8542.31.90
Unidade de disco rígido	8471.70.12
Placa controladora SCSI	8473.30.79
Plataforma servidores	8471.50.10
Memória para servidores	8542.32.21
Barebone superior 3,5 kg	8471.30.19
Barebone inferior 3,5 kg	8471.30.12
Tela LCD para equipamentos portáteis	8473.30.92
Unidade de disco óptico para notebook	8471.70.24
Interface de rede wireless interna ao notebook	8473.30.49
Outras unidades de discos para leitura ou gravação de dados por meios ópticos (unidade de disco óptico)	8471.70.29
Teclados	8471.60.52
Outras "circuitos impressos com componentes elétricos e eletrônicos, montado" – internal bluetooth	8473.30.99
Digitalizadores de imagens (scanner)	8471.90.14
Mesas digitalizadoras	8471.60.54
Outras "web câmera"	8525.80.29
Outras unidades de entrada ou de saída, podendo conter, no mesmo corpo, unidades de memória	8471.60.90
Circuitos impressos com componentes elétricos e eletrônicos montados	8473.30.41
Fonte de alimentação	8504.40.90
Fonte de alimentação servidor	8504.40.29
Memória servidor	8473.30.42
Placa mãe para servidores	8473.30.41
KVM	8517.62.39
SWITCH	8517.62.54
Chassi-server	8473.30.11



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS  
SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL  
SUPERINTENDÊNCIA DE TRIBUTAÇÃO

DVD – SLIM	8471.70.29
Kit back plane servidor	8473.30.99
Processador gráfico	8471.80.00
Scanner	8471.90.14
Monitor LCD	8528.51.20
Rede wireless	8517.70.10


**ANEXO II**  
**MERCADORIAS DESTINADAS A COMERCIALIZAÇÃO**  
(a que se refere o art. 1º, inciso II)

Descrição das mercadorias	Nbm/sh
Unidade de processamento	8542.31.90
Unidade de disco rígido	8471.70.12
Placa controladora SCSI	8473.30.79
Plataforma servidores	8471.50.10
Memória para servidores	8542.32.21
Barebone superior 3,5 kg	8471.30.19
Barebone inferior 3,5 kg	8471.30.12
Tela LCD para equipamentos portáteis	8473.30.92
Unidade de disco óptico para notebook	8471.70.24
Interface de rede wireless interna ao notebook	8473.30.49

**ANEXO III**  
**MERCADORIAS INDUSTRIALIZADAS PELA ARQUIMEDES**  
(a que se referem os arts. 1º, II, 4º e 6º, I)

Descrição das mercadorias	Nbm/sh
Microcomputadores	8471.50.10
Notebooks	8471.30.12
Notebooks	8471.30.19
Fontes de alimentação	8504.40.90

Superintendência de Tributação em Belo Horizonte, aos 30 de junho de 2015.

  
Marcelo Hipólito Rodrigues  
Superintendente de Tributação